

examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.<sup>º</sup> do decreto n.<sup>º</sup> 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Outubro de 1942. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Caeiro — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

\*\*\*\*\*

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos  
e da Administração Interna

Portaria n.<sup>º</sup> 10:224

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, que seja elevada para 6.250\$, a contar do dia 1 de Outubro de 1942, a verba atribuída mensalmente à Legação de Portugal em Washington para custeio das despesas com material e expediente, paga pela dotação do capítulo 3.<sup>º</sup>, artigo 28.<sup>º</sup>, n.<sup>º</sup> 1), do orçamento em vigor:

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 16 de Outubro de 1942. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, António de Oliveira Salazar.

\*\*\*\*\*

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Junta Autónoma de Estradas

Decreto-lei n.<sup>º</sup> 32:325

Considerando que para completo estudo do problema da rede de estradas no Arquipélago dos Açores apenas falta a parte relativa ao distrito da Horta;

Usando da faculdade conferida pela 2.<sup>a</sup> parte do n.<sup>º</sup> 2.<sup>º</sup> do artigo 109.<sup>º</sup> da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. São extensivas ao distrito da Horta as disposições contidas no decreto n.<sup>º</sup> 30:897, de 22 de Novembro de 1940, com exceção das do artigo 4.<sup>º</sup>, de vendo as despesas de viagem entre a metrópole e as ilhas, ajudas de custo, deslocações e transportes serem satisfeitas pelas respectivas verbas orçamentais da Junta Autónoma de Estradas.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Outubro de 1942. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Caeiro — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

\*\*\*\*\*

## MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.<sup>a</sup> Repartição

2.<sup>a</sup> Secção

Portaria n.<sup>º</sup> 10:225

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 7.<sup>º</sup> do decreto n.<sup>º</sup> 23:367, de 8 de Dezembro de 1933, que a verba do n.<sup>º</sup> 8) do artigo 989.<sup>º</sup> do capítulo 8.<sup>º</sup> da tabela de despesa do orçamento geral da colónia de Angola em vigor, destinada a «Subsídio para funerais, a pagar na metrópole», seja reforçada com 5.000\$, a saírem das disponibilidades da verba da alínea a), n.<sup>º</sup> 1), artigo 987.<sup>º</sup>, dos mesmos capítulo e tabela.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Ministério das Colónias, 16 de Outubro de 1942. — O Ministro das Colónias, interino, Francisco José Caeiro.